

humanitas

Vol. XXXV-XXXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XXXV-XXXVI



MCMLXXXIII-MCMLXXXIV
C O I M B R A

Memorias de Historia Antigua II (1978). Actas del colóquio 1978 «Colonato y otras formas de dependencia no esclavistas», Instituto de História Antigua, Universidade de Oviedo, 1980.

Sauda-se a saída deste volume de Actas de mais um colóquio organizado pelo Instituto de Historia Antigua da Universidade de Oviedo. Realizado o primeiro em 1977 sobre o tema *Estructuras sociales durante la Antigüedad*, o segundo, com o título *Colonato y otras formas de dependencia no esclavistas*, dedicou-se à análise das várias formas de dependência não escravagista.

Embora o título permitisse incluir comunicações respeitantes às várias sociedades do Mundo Antigo, com excepção das de J. C. Bermejo Barrera sobre os estratos dependentes da sociedade micénica (pp. 9-18) e de L. A. García Moreno referente à exploração agrária cartaginesa (pp. 71-80), as restantes têm por tema as relações sociais de dependência de teor não escravagista no Mundo Romano, com realce — como aliás se deduz do próprio título do volume — para os colonos e colonato: G. Bravo estuda o estatuto sociopolítico do colono nos começos do Baixo Império (pp. 59-70); A. González Blanco apresenta uma bibliografia sobre o colonato e seus problemas (pp. 229-237) e procura definir, com base nos dados da obra de S. João Crisóstomo e da *Historia Augusta*, a condição dos colonos na sociedade do Baixo Império (pp. 81-93); J. Fernandez Ubiña analisa a transição do escravagismo ao regime de colonato, ocorrida na Bética durante o século III (pp. 171-179); e G. Fatas e F. Marco estudam os significados do termo *colonus*, procurando determinar o início do regime de colonato com base na análise de textos históricos, literários e jurídicos (pp. 181-198).

O Baixo Império é outro elemento catalisador de comunicações do colóquio: além dos estudos, referidos acima, de G. Bravo e de A. González Blanco, respeitantes a problemas de colonato no Baixo Império, Ramón Teja sugere uma interpretação para a lenda dos *tergemini* (pp. 93-102); J. M. Blásquez, com base nas obras *Vida de Melania de Gerôncio* e *História Lausiaca* de Paládio, analisa problemas económicos e sociais desse período (pp. 103-123); E. Gozalbes estuda a substituição, na Mauritânia Tingitana, da pequena propriedade, cultivada por colonos, pela grande propriedade — um processo que origina sérias revoltas sociais (pp. 125-130); A. Díaz aborda a posição do Concílio de Elvira acerca das relações de dependência não escravagista (pp. 199-203); M. Pastor incide a sua análise sobre o carácter social do movimento bagáudico, ocorrido na Gália e na Hispânia (pp. 205-216).

Como se vê pela enumeração feita até aqui e se compreende num colóquio realizado numa Universidade da Península Ibérica, esta é alvo de várias comunicações. De problemas relacionados com a Hispânia, quer romana quer pré-romana, tratam ainda os estudos de Alberto Prieto Arciniega sobre a *devotio* como forma de dependência, que em seu entender se não deve adjectivar de *ibérica* (pp. 131-135); de J. Santos que analisa as formas de dependência da área céltica peninsular que perduraram sob o domínio romano (pp. 137-145); de J. Mangas sobre o aparecimento e evolução da clientela privada na Hispânia romana (pp. 217-226).

Completam o volume estudos de J. M. Roldán Hervás sobre a origem e formação da plebe na comunidade social e política de Roma (pp. 19-39); de W. Eck sobre

a relação entre patrono e liberto (pp. 41-50); de E. Matilla Vicente em que é analisada a situação, tanto jurídica como real, da população semi-livre que se ocupava dos trabalhos agrícolas no Norte de África (pp. 51-58); e finalmente de J. F. Rodriguez Neila sobre a situação social, política e económica dos *incolae* no mundo romano (pp. 147-169).

Embora nem sempre as comunicações se apresentem subordinadas a uma segura bissetriz temática, colonato, formas de dependência no Baixo Império e na Península Ibérica são os domínios em que se centra grande parte dessas comunicações. Permitem, no seu todo, um vasto campo de reflexão e aí reside já um mérito não pequeno. Considero por isso de louvar e digna de aplauso a iniciativa de realizar colóquios anuais e sobretudo a resolução de publicar as actas. Desse modo os estudos aí apresentados atingem um público mais vasto e constituirão um ponto de partida para a reflexão de outros.

J. R. F.

VINCENZA COLONNA, *Lucii Ampelii Lexicon*, Università di Genova, Facoltà di Lettere (Publicazioni dell'Istituto di Filologia Classica e Medievale, 60), Genova, 1980, 235 p.

Lúcio Ampélio deixou-nos um *Liber Memorialis*, só conhecido através do manuscrito latino n.º 10 383, da Biblioteca do Estado da Baviera, de Munique, e que tem sido editado, ao longo dos séculos, desde 1638. Depois da edição modelar da Teubner (por E. Assmann, em 1935), os eruditos italianos voltaram a estudar o manuscrito; e editaram-no N. Terzaghi, em 1943, e finalmente V. Colonna, em 1975. Além disso, a leitura tem sido objecto de discussões do texto crítico, comentários, traduções e artigos de revista. Bastam estas indicações para se deixar supor que o único manuscrito mereceu já diversas leituras e conjecturas, tendo V. Colonna editado o que parece o mais apurado de todos os textos.

Era, pois, chegado o momento, dentro da corrente actual de estabelecer o léxico de cada autor, de estudar em profundidade o vocabulário e o estilo de L. Ampélio e de procurar identificá-lo o melhor possível. Este estudo não conseguiu ir muito longe. Os autores têm-se dividido extremamente se Ampélio é do tempo de Adriano, de Teodósio, do século IV ou mesmo posterior. Vincenza Colonna, baseada nas particularidades da língua e da sintaxe, pensa que será, de facto, tardio, do séc. IV ou V.

Nós observámos também todo o *Lexicon*. Analisando o vocabulário com que descreve os 50 capítulos das suas fábulas, regiões, histórias de coisas e pessoas, destinadas ao uso do ensino escolar, verificámos que ele se mantém, do ponto de vista semântico, dentro da estrita tradição da cultura romana pagã. Não se nota nele o mínimo toque da influência do falar dos cristãos. Poderíamos, por isso, pensar em